

45ª Reunião do
COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA
em 16 de fevereiro de 2016, às 09:30 h, na UMAPAZ

PAUTA

Expediente:

- Leitura e aprovação da Ata da 44ª reunião ordinária, realizada em 17 de novembro de 2015
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação, pelo Secretário Municipal de Relações Internacionais e Federativas do Município de São Paulo, Vicente Trevas, da Participação de São Paulo na COP 21.
- Apresentação, pela Vice-Prefeita do Município de São Paulo, Nadia Campeão, de Resultados da COP 21 para São Paulo e sua Influência na Ação do Governo Municipal.
- Sugestões de inclusão em outras Pautas

A reunião foi aberta pela Secretária Executiva do Comitê, **Laura Ceneviva** que deu as boas vindas a todos e logo a seguir passou a palavra ao Secretário, Presidente do Comitê, Senhor Rodrigo Pimentel Pinto Ravena para suas palavras de abertura.

Secretário Rodrigo Ravena saudou a todos e declarou aberta a reunião, agradecendo a presença da Vice-Prefeita e do Secretário de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF). Aproveitou para dizer que esperava que tivéssemos um trabalho profícuo com as informações que receberíamos e contava desde já com a participação de todos.

Vice-Prefeita Nádia Campeão agradeceu pelo convite e cumprimentou a todos que compõem essa reunião e o Comitê, dizendo que o ideal seria que pudesse ter conversado com o Comitê antes da COP 21, de forma a terem preparado uma melhor apresentação de São Paulo no referido evento. Informou que estiveram em Paris, na verdade, fruto de movimentos de articulações anteriores à COP 21, de diversas articulações internacionais envolvendo cidades de todo o mundo, e possuem uma agenda de cidades, desde metrópoles até de pequenas cidades e muitas redes mundiais que se articulam em diversos temas que envolvam os desafios urbanos, como a CGLU e o C40, do qual São Paulo

participa, bem como da rede Mercocidades. Disse que vem percebendo que nos últimos três anos as pautas dessas reuniões estavam voltadas para dois grandes acontecimentos internacionais: a COP 21, e o tema das mudanças climáticas começou a impactar essas reuniões. E o outro, é o próximo Habitat, que se realizará este ano em Quito. Disse que ambos os acontecimentos são originários da ONU e são estruturados a partir dos governos locais, membros da ONU. Relatou que desde as últimas conferências do clima e de Habitat vem crescendo a consciência de todos, mas que absolutamente já não basta esse tipo de debate, dos chamados problemas e desafios mundiais circunscritos somente na instância dos países, pois de certa forma, ficam descolados e distantes da realidade e da situação de onde, de fato, as pessoas sentem todos os efeitos e todos os problemas. Então discutir os grandes desafios da habitação ou da migração em esfera mundial é muito importante, a análise é importante, bem como os números e os diagnósticos, mas onde o problema acontece é no território, nas cidades. Disse que é necessário um envolvimento da população, um engajamento de todos os níveis institucionais, do setor público e do privado nesse debate. E não só nesse tema, como nos casos dos financiamentos, dos compromissos assumidos e metas assumidas em plano nacional e que não se desdobram ou são compartilhados com os entes estaduais, federativos ou municipais. Disse que essas metas não somadas a partir dos esforços, do debate e análise, do que é possível em cada um desses territórios, de forma que possamos assumir plenamente essas metas nacionais. E disse que isso não acontece somente aqui, mas em outros países. Informou também que quanto aos financiamentos internacionais decorrentes desses acordos internacionais para enfrentar esse ou àquele problema, advindos de organismos multinacionais ou de bancos internacionais de investimentos, eles se limitam a financiar projetos apresentados pelos países, no âmbito nacional, sendo mais difícil um município, por maior que ele seja, receber um financiamento de um organismo ou banco internacional. E isso foi criando um certo incômodo para essas articulações de cidades que foram ganhando vulto, pois quando começaram a discutir os problemas, observaram que a maioria da população, 70%, 80% da população mundial irá residir nas cidades, e todos esses novos fenômenos que estamos enfrentando e precisarão ser desvendados e resolvidos, sejam eles oriundos das questões de sustentabilidade, das questões climáticas, das questões de mobilidade ou de habitação. Disse, portanto, que é impossível se fazer um debate sem a presença forte das cidades. Relatou que a COP 21 marcou um momento importante, em que finalmente essas redes de cidades se estruturaram ao longo de, pelo menos, três anos para participar como protagonistas na COP 21. Dessa vez as cidades estiveram lá em um evento que reuniu 700 prefeitos do mundo todo, patrocinado pela Fundação Bloomberg e pela Prefeitura de Paris, onde foram tratadas questões como as mudanças climáticas e ações das cidades. E ao final da reunião, estiveram presentes o Presidente da França, François Hollande, o Ban Ki-Moon, e o próprio Coordenador Geral da COP 21, quando foi entregue a chamada “Declaração de Paris”, o compromisso firmado pelas prefeituras. Falou ainda que foi uma aproximação importante desse tema com as políticas municipais, locais, e que nenhuma política municipal hoje, poderá desconhecer ou virar as costas para esse desafio enorme que se tem pela frente, que são as mudanças climáticas e dos impactos que isso tem para a sociedade, para as áreas urbanas. É um problema de toda a população, de todos os governos. E os governos precisam entender e olhar para baixo, para os estados e municípios, pois, caso contrário, nenhuma dessas metas assumidas serão atingidas para 2050 ou 2100.

Laura Ceneviva agradeceu a Vice-Prefeita Nádia Campeão pelo seu relato e informou a todos que no Comitê, temos a práticas de abrir a palavra após a intervenção completa e como estamos com problema de horário, passou a palavra ao Secretário de Relações Internacionais e Federativas do Município de São Paulo, Vicente Trevas, para que faça o seu próprio relato.

Secretário Vicente Trevas disse que de início, o papel de chanceler que a Vice Prefeita tem desempenhado, particularmente em função da candidatura de São Paulo à exposição internacional 2020, que demandou trabalho de divulgação de alto nível realizado por ela,

com o apoio de SMRIF. São Paulo é uma referência para as demais cidades do mundo, na geopolítica das metrópoles, é um grande laboratório do desafio da humanidade, no século XXI, que é se organizar, viver, produzir. E a presença de SMRIF na reunião do Comitê é não apenas um relato, mas buscar as respostas para a pergunta sobre o que é que agora poderá acontecer. Lembrou que há dois compromissos, o do inventário e o de um plano de trabalho. Apontou a realização de Habitat III, em outubro próximo, em Quito, no Ecuador, e que no ano passado, o Prefeito Fernando Haddad assumiu a presidência da rede Mercocidades, que tem 20 anos de existência. Lembrou a assinatura do acordo de cooperação com a CEPAL (Comissão Econômica da Organização das Nações Unidas para a América Latina), bem como a realização dos Colóquios Sulamericanos sobre Cidades Metropolitanas. Apontou que é necessário construir com as cidades consensos importantes que são bases seguras de pactos. Não há pactos sem consensos e é preciso construir leituras consistentes sobre os nossos desafios. Assim, as cidades ganhem essa autonomia de pensar o seu desafio, para não serem meras operadoras de propostas generosas de agências internacionais de redes internacionais. É importante também nós levarmos as nossas convicções, baseadas em análises, e baseadas na nossa prática, sobre os nossos desafios. Os Colóquios foram terminados na sede do Mercosul porque nós também temos, como cidade, a tarefa de solicitar, tanto aos organismos nacionais, e aos multilaterais, internacionais, que levem mais em conta a agenda urbana e a agenda urbana metropolitana. Porque se formos capazes de compartilhar leituras, formatar consensos e formalizar pactos, o caminho, depois, e as ações são mais orientados. E se sai da lógica dos puros projetos. Busca-se construir estratégias reais, de média e de longa duração, apesar de nossas demandas se expressarem em uma dinâmica de urgência e emergência. Referiu a Encíclica Laudato Si, do Papa Francisco e o convite que ele fez ao Prefeito, observando a deferência do Papa ao Brasil, que tinha a terceira maior delegação. Destacou que o Papa afirmou que não tinha feito uma encíclica verde, mas uma encíclica socioambiental, em função da conexão entre a questão ambiental com a questão social. O Papa fez uma leitura geopolítica do fenômeno das mudanças climáticas, no qual os homens estão no centro da responsabilidade, pois todas essas transformações estão ligadas a um modo de produzir e de consumir. Ou se altera, ou se regula, ou se planeja o modo de produzir e de consumir, ou nós não teremos uma alternativa para um cenário de catástrofe, no médio prazo. Quando São Paulo chegou em Paris, já chegou não apenas como uma cidade, mas com um histórico de ação regional, em função da rede Mercocidades e dos Colóquios Sulamericanos. Observou que o governo brasileiro apoia o destaque às cidades. Disponibilizou a SMRIF para discutir com SVMA as questões da mudança do clima e propôs que se convidasse o Ministério do Meio Ambiente para a mesma finalidade. Lembrou a proposta do Governador da Califórnia para que as grandes cidades assumissem o desafio de antecipar, em meio século, ou seja, marcar para 2050 a meta de menos 2 graus, à qual São Paulo aderiu. As cidades estão recebendo um reconhecimento estratégico dos organismos multilaterais, e dos próprios estados nacionais, por exemplo, em função das ondas de migrantes. Eles chegam onde, vão morar aonde, etc.. Há um grande reconhecimento de que as cidades não serão figurantes nessa agenda, mas, no mínimo, coadjuvantes, e em alguns momentos, protagonistas. Então o papel de figurante já está riscado da lista, mas a questão é nossa capacidade de ser coadjuvantes, o que é importante. E aqui vou para uma coisa concreta, que queria pedir o envolvimento do nosso Comitê Municipal de mudanças climáticas. Trata-se do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUi), em elaboração em função da aprovação pelo Congresso Nacional, do Estatuto das Metrópoles, em 2015. A SMRIF opera em nome do governo da cidade as relações federativas, além das internacionais. Ou seja, com o estado e com o governo federal. E nós integramos a governança formal metropolitana instituída por uma lei do estado, em 2011, que se chama o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano.

Hamilton de França Leite Junior (representante do Sindicato das Empresas de Imóveis do Estado de São Paulo - SECOVI-SP) saudou a todos e parabenizou a Vice-Prefeita pela participação da cidade na COP 21, disse que o que chamou a atenção foi à questão da

hierarquização das metas mundiais que vêm para os países e nem sempre são recortados para os estados e municípios, acrescentando que além desse recorte, é fundamental o recorte setorial, pois são os setores que constroem as cidades. Disse que é necessário que essas metas sejam construídas em conjunto, com participantes que estejam abertos a ouvir contribuições, e não de forma autoritária para os setores. Informou ainda que muitas vezes as leis não possuem viabilidade técnica ou consideram um dos aspectos de sustentabilidade, que é o econômico, dando como exemplo os artigos da Lei de Uso e Ocupação do Solo que deve ser aprovada e que infelizmente não serão capazes de atingir os objetivos propostos pela Prefeitura, porque não consideraram o aspecto econômico, tampouco as contribuições lideradas pelo Conselho Brasileiro da Construção Sustentável – CBCS, mas que simplesmente não foram aproveitadas. Finalizando, aproveitou para convidar a Vice-Prefeita e o Secretário Rodrigo Ravena e a todos que quiserem participar para uma reunião do SECOVI no dia 1º de março, no qual um dos temas será como ficou a quota ambiental na lei de uso e ocupação do solo e o outro é uma iniciativa que começou no ano passado na sede da ONU, com uma coalizão com mais de 60 entidades que estão construindo um código de ética internacional para o setor de construção, do setor imobiliário e do setor de desenvolvimento urbano, além de falar sobre a madeira amazônica.

Dirceu Rioji Yamazaki (representante da Secretaria de Estado de Saneamento de Recursos Hídricos) agradeceu pela apresentação e questionou quanto os recursos para financiamentos de projetos pelos grandes organismos internacionais e se essa criação de um fundo de 100 bilhões de reais que foi anunciado na COP 21 é uma simples retórica ou irá existir de fato e como, e se as prefeituras terão acesso a eles. Questionou se Prefeitura de São Paulo está preparando algum evento ou prática a que possa ser apresentada no Habitat III em Quito.

Laura Ceneviva usou a prerrogativa da coordenação para perguntar como a INDC do Brasil, que prevê corte de 35% das emissões de gases de efeito estufa até 2025 e 43% até 2030, como a INDC impactará o Município de São Paulo.

Secretário Vicente Trevas disse que iria começar por uma proposta: marcar uma reunião do nosso Comitê, com o Ministério do Meio Ambiente, e o Ministério das Cidades, e o Ministério das Relações Exteriores. Lembrou que as Nações Unidas não está na sua melhor fase. A ordem internacional não está na sua melhor fase, inclusive os fundos de reconstrução e desenvolvimento. Agora, primeiro, reivindicar e negociar que uma parte desses recursos aterrisse nas cidades. Eu quero ser muito claro, nós precisamos nos atualizar sobre essa situação. Quem, no plano internacional, está operando isso. Como o Brasil vai operar. Essas coisas. Então eu acho que vale a pena a gente ter uma reunião de trabalho com os operadores. E me disponho a ser facilitador, porque eu sei quem opera isso no Itamaraty, quem opera isso com precisão, no Ministério do Meio Ambiente. Houve Habitat I, em 1976, em Vancouver, Habitat II em 1996, em Istambul, onde houve o reconhecimento internacional, dos estados nacionais, dos organismos multilaterais, do sistema ONU, de que as cidades eram atores bem-vindos na agenda internacional de cooperação. Isso foi uma coisa importante, porque o Habitat 1 em Vancouver, em 1976 não esclareceu essa questão. A partir de Istambul, os organismos multilaterais assumiram a agenda de disseminar o que a gente chama as boas práticas, um período de experimentações. Ocorre que, quando a gente vai visitar as boas práticas, observa-se que frequentemente elas não continuam. Porque geralmente, uma boa prática está ligada a uma personalidade, um prefeito forte, ligada a uma coalizão de governo. E quando esse fator sai de cena, elas perdem sustentabilidade. Eu não estou negando a importância das boas práticas, mas temos de pedir uma agenda não mais de experimentalismo, de sustentabilidade das inovações. Porque o grande tema hoje é como enfrentar, com inovação, os desafios urbanos. A grande questão é a seguinte: como as cidades, como os governos, como as estruturas governamentais incorporam tecnologia. Há Smart City, Safety City, cidades inteligentes, e também há área do meu governo que está na década de 50, está ainda na Segunda Revolução Industrial. Então é

necessário um grande pacto para fazer grandes inflexões. Por exemplo, nós sustentamos inovação, ou é uma lógica de justaposição? Ou em outras palavras, as premissas da sustentabilidade e da inovação de gerir as cidades, transformar as cidades. Há uma expectativa que o Brasil seja um fator de referência para até estimular a cobrança de outros países. Eu acho que a gente tem que voltar a conversar para a lógica da operação.

Vice-Prefeita Nádia Campeão comentou que quanto essa questão de financiamento levantada, acreditava que se formos espera que nossos problemas, nossos desafios dependam de recursos internacionais, vamos esperar muito tempo, e disse acreditar que o que conta mesmo são os países direcionarem os seus recursos, cuidarem de seus recursos próprios, de sua economia, fazendo gestão deles, a economia mundial crescer, as economias nacionais crescerem, conseguirem produzir recursos para investir no desenvolvimento dos seus países e em políticas públicas. De forma que os países possam ter recursos para investir no enfrentamento dos seus problemas e depois investir em áreas prioritárias. Terem uma boa distribuição desses recursos na qualidade de vida das pessoas, e nas políticas, e políticas ajustadas. Então isso é um processo mais demorado, mais difícil. Disse concordar com o que Hamilton falou quanto a discutir, debater, definir políticas, compartilhar, elaborar e qualificar os setores nacionais, aproveitar as experiências internacionais, e até com participação de financiamento internacional, linhas de financiamento, as políticas de crédito, então elas são fundamentais. Crédito interno, crédito internacional. Disse que aí os municípios, os estados, os países, teriam capacidade de assumir créditos. Por isso que tem que ter finanças saneadas, em boas condições, para assumir créditos. E ter bons projetos. Quer dizer, a capacidade de fazer projeto. Porque também não adianta ter os recursos, o Banco Mundial ter recursos e linha de crédito e não termos projetos.

Lilian Sarrouf (representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo): agradeceu pela fala da nossa vice-prefeita Nádia e do Secretário Vicente e ressaltou a importância desse fórum e que o SINDUSCON sempre acreditou que ele seria um fórum de mudanças positivas para a cidade. Acrescentou que com relação às mudanças climáticas, o setor da construção evoluiu bastante nesses últimos tempos, em termos de maturidade e conhecimento do assunto, tendo liderado esse tema em função de criar metodologias para inventários de emissões, além de trabalhado junto ao SECOVI na proposição de programas de construção sustentável, entre elas, deficiência energética em edificações que impactam diretamente no clima. Informou que estarão levando ao Prefeito Haddad uma proposta sobre isso. Disse que o anseio deles é mais nessa linha prática, querem discutir as metas, se elas são viáveis ou não, até a implantação. Questionando quanto as ações, se elas pode serem efetivamente de forma integrada, pois como o Hamilton comentou tentou-se no Plano Diretor, no Uso de Ocupação do Solo e na Quota Ambiental e não conseguiram. Acrescentou ainda que poderiam trazer essas propostas mais efetivas em conjunto para o Comitê, já que há outras Secretarias envolvidas nele, além de resgatar muitas das propostas feitas anteriormente.

Igor Albuquerque (representante do Conselho para Iniciativas Ambientais Locais – ICLEI) parabenizou a vice-prefeita e para o Secretário Vicente Trevas, pelas colocações e disse que o ICLEI tem acompanhado há bastante tempo a posição de São Paulo e o empenho em assumir certos compromissos, tendo em vista que eles participaram ativamente na organização do evento do Vaticano e da Cúpula dos Prefeitos. Acrescentou que temos que aproveitar justamente esse momento pós COP 21, para instrumentar todas as decisões que foram acordadas no Acordo de Paris e informou que o ICLEI com esse papel de representar as cidades para uma agenda ambiental mais robusta, integrada, irão organizar um evento na próxima semana, em Fortaleza. Será o primeiro evento pós COP para discutir como a cidade deve se posicionar, como que vai ser esse protagonismo e como instrumentalizar esses financiamentos. Disse que enviarão os convites para a Secretaria de Relações Internacionais e para Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e gostaria de reforçar esse convite para a Vice-Prefeita. Acrescentou que haverá uma cúpula de

prefeitos que serão compromissos de mitigação e adaptação e que ficariam muito lisonjeados se a cidade de São Paulo pudesse se representar por uma das delegações que participaram desse processo de Paris. Questionou como as INDCs reverberariam em São Paulo.

Secretário Vicente Trevas disse que a agenda, mudanças climáticas, hoje, é uma agenda que a humanidade está encarando, porque os humanos estão começando a perceber que hoje se pactua, ou a vida não fica fácil para ninguém. Trata-se de uma agenda pública, que tem sua própria governança. Os estados têm protagonismo, não se pode abrir mão do poder público, mas essa agenda implica uma governança mais ampliada. E a gente já está fazendo isso aqui no Comitê Municipal. Mas é de uma cidade de 11 milhões de habitantes, é um desafio é entender o que é uma megacidade, que é aquele território que se expressa simultaneamente em várias escalas. A gente vive uma escala da cidade como um todo, a escala metropolitana, as médias escalas, e as micro escalas. Então como constituir os anéis deste Comitê nas outras escalas? Porque a cidade coloca um conceito que a gente mal lida nas burocracias estatais, que é o conceito do território e da gestão do território. Tanto assim que nenhuma grande cidade, ainda, consolidou as suas instituições de governança regional, intrametropolitana e tudo aí. Isso aqui é um grande debate, que deixo aqui para a criatividade de todos. Como é que nós vamos criar outros anéis nas outras escalas da cidade, sobre essa agenda? É uma provocação pedagógica de como organizar, nessas diferentes escalas, a agenda conduzida pelo Conselho Municipal de Mudanças Climáticas.

Vice-prefeita Nádia Campeão agradeceu a oportunidade de estar com todos e reafirmou que a iniciativa já foi tomada, mas que poderiam reforçar de ter uma reunião de trabalho com o pessoal do Ministério e o Secretário também fazer uma com o Ministério do Meio Ambiente, mas adiantou que após a COP 21, em uma reunião com a Ministra Isabela na Embaixada do Brasil em Paris para dizer queríamos participar, que os municípios querem ter voz também, nessa discussão mais geral das mudanças climáticas. Nas definições. Nas políticas. E que eles sentiam algum distanciamento das cidades com o ministério, e principalmente das cidades absolutamente urbanizadas e ela foi muita receptiva e então não podemos perder o elo, devemos discutir aqui mesmo para dar um desdobramento da conferência, senão a o tema se perde, há a iniciativa do ICLEI lá em Fortaleza, há necessidade de a cidade discutir o tema, ainda mais neste ano eleitoral de debate programático para os próximos 4 anos avaliar o que foi feito, programar uma discussão, avaliar o debate dos candidatos, e permear essa questão também nos compromissos de sustentabilidade, pois é muito importante para São Paulo que isso esteja na pauta de todos os candidatos.

Secretário Rodrigo Ravena destacou que pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, o compromisso já está aceito, acrescentando que a agenda de trabalho seria montada naquela semana, e que começariam a implementar o que resultou de lá, sem dúvida, com o apoio e a participação do Comitê.

Laura Ceneviva agradeceu a vice-prefeita e passou a palavra ao Francisco Maciel, Diretor do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste - CIOESTE, e agradeceu ainda a presença do Secretário Vicente Trevas, porque uma idéia que o Romildo Campelo sempre destacava era o potencial metropolitano que o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia tem, não apenas porque a atmosfera é uma coisa que supera os limites dos municípios, diferentemente das árvores, mas porque a questão do combustível fóssil e da poluição do ar são questões de governança interfederativa e é muito importante a nossa articulação com os outros municípios.

Francisco Maciel agradeceu ao Secretário Vicente Trevas, que é um entusiasta dos consórcios. Procurou resgatar o que foi conversado em uma reunião anterior, onde foi apresentada uma defesa do porquê transformar este comitê em um comitê metropolitano, de incorporar os consórcios. Falou das dificuldades de se cumprir um plano de ações, e cumprir esse plano de ações climático, sem estar, minimamente, coordenado na região metropolitana, acrescentando que como foi colocando o Estatuto da Metrôpole é a grande oportunidade desse desafio. Acrescentou que foi até discutido em reunião anterior a questão

da diferença entre a soberania municipal, e o tamanho do desafio que se tem pela frente. E disse que embora reconheça a soberania municipal, no que diz respeito ao enfrentamento dos desafios, deveríamos possuir uma política para podermos dividir o próprio enfrentamento, para diminuir a carga sobre todos. Relatou que esta é uma proposta que já está no PDUI deles, que seria ter um plano metropolitano de mudanças climáticas, uma política metropolitana de mudanças climáticas, ainda que os inventários possam ser composições disso, ou os planos possam ser composições de planos. Disse ainda que irá promover a interlocução com o ministério, mas tão ou mais importante do que promover a interlocução com o ministério, é promover essa mesma interlocução de maneira metropolitana, e com o Governo do Estado. Por mais que tenhamos posições partidárias pontuais, no momento, uma política estadual de mudanças climáticas tem interferência direta sobre qualquer coisa que possamos promover com o ministério.

Secretário Vicente Trevas disse que um desafio que possuímos e é assumirmos a nossa “metropolitanidade”, e atribuiu um pouco a responsabilidade da mídia, porque a narrativa diária que se faz sobre o nosso território é a narrativa de um caos, sendo o caos uma situação onde os eventos não têm causa e os programas de televisão sobre a nossa cidade são só eventos de ilícitos, ou uma abstração das nossas escalas. Falou que vivemos uma crise de identidade e isso é muito importante, porque disse que mora em uma cidade de 11 milhões e vivemos um momento importante, porque há uma crise do modo de vida nessa região metropolitana. Relatou que morou um período fora, por razões aí, da história do Brasil, e se recorda que quando regressou a São Paulo, de uma propaganda de um evento imobiliário, e dos atributos para a melhor compra, o muro alto, a cerca elétrica e guarita. E ele vinha de uma realidade de uma experiência urbana de cidade aberta. Disse que vivemos décadas na crença de que a qualidade de vida era igual a espaços privativos. A vida desconstituiu isso aqui. Não foi o debate ideológico. A vida. Disse acreditar estamos vivendo um momento de nos repactuar. O ato desse Conselho foi o ato de uma autoridade municipal. Nós não temos governo metropolitano. Embora a constituição, nosso pacto federativo, artigo 25, delegou aos estados federados, a competência de conduzir nessa matéria. É o artigo 25, muito sumário. De lá para cá, nós temos dois fatos novos. Um é uma decisão do supremo, sobre uma arguição e inconstitucionalidade da lei metropolitana do Rio de Janeiro, que quando instituiu a região metropolitana do Rio de Janeiro, avocou ao estado, o saneamento. Aí houve uma arguição de inconstitucionalidade. O que é que falou o supremo? Nós estamos diante de uma região, de um território, que pede gestão compartilhada. Então é um conceito que não está claramente no artigo 25 da constituição, mas que se expressa em uma resolução da suprema corte, que gera vínculos assim, súmulas vinculatórias. E agora, a última versão é a lei da metrópole, que introduz o conceito de governança interfederativa. Finalizou dizendo que no bojo dessa formulação do PDUI, o município e o estado estão presentes. Não é um processo intermunicipal. É um projeto compartilhado com o estado e com os municípios.

LISTA DE PRESENÇA DA 45ª REUNIÃO CMMCE EM 16/02/2016

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES

- Lilian Sarrouf / **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON**
- Vicente Carlos Y Pla Trevas / **Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas – SMRIF**
- Dirceu Rioji Yamazaki – **Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo**
- Igor Albuquerque - - **Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais – ICLEI**
- Hamilton De França Leite Junior – **Sindicato das Empresas de Imóveis do Estado de São Paulo - SECOVI SP**
- Lygia Cecília Cunha – **Secretaria Municipal da Saúde SMS**
- Romildo de Pinho Campello – **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA**

- **MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES POR REPRESENTAÇÃO**

-
- Susete Taborda representando João Sette Whitaker Ferreira - **Secretaria Municipal da Habitação – SEHAB**
- Priscila Freire Rocha representando Alfred Szwarc – **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP**

OUTROS INTERESSADOS PRESENTES

- Carlos A.S. Bourg – **L Sarrouf - Engenharia**
- Erica Marie Tachibana – **GEOCLOCK**
- Francisco Maciel – **CIOESTE**
- Marli R.G. Codognato – **SMS / COVISA**
- Mirta A.F.R. Silva – **SMS / COVISA**
- Beatriz Lendro - -**SMRIF**
- Maria Vassimon de Assis - **SMRIF**
- Reinaldo de Freitas – **SMRIF**
- Mariana Paiva – **UNICAMP / FEA**
- Deodoro Vaz - **SVMA / DEPLAN 2**
- Marcia Barbosa Correa – **SVMA / UMA PAZ**
- Ricardo Fraga – **SVMA / UMA PAZ**
- Ângela Maria Branco – **Secretaria Municipal de Segurança Urbana**
- Patrícia Pimentel - **Secretaria Municipal de Segurança Urbana**
- Roberta Uliani Joaquim – **SF**
- Vinícios T. Lima – **GEOCLOCK**
- Fernando Escudero – **Escudero e Zieborth Administração**
- Sun Alex – **SVMA / DEPLAN**
- Lucia N. Simoni – **SVMA / DEPLAN**
- Monica Pilz Borba – **SVMA / UMAPAZ**
- Lucas Lavecchia – **SVMA / DEPAVE 1**
- Natacha Nogueira – **FIESP**
- Ana Miraglia – **SIURB**
- Gabriela M. di Giulio – **USP / FSP**
- Ana Maria Hoffmann – **SVMA / DEPLAN 2**
- Tatiana de Vasconcelos Menezes Paz – **SVMA / DEPLAN 2**

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena

Presidente do Comitê de Mudança do Clima e Economia de São Paulo

Laura Lucia Vieira Ceneviva

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo